

# ARTIGO

## Entre o trabalho e a saúde: para um debate sobre a produção da vida

*Between work and health: for a debate about the life production*

**Alice Itani, D.Sc.**

Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales EHESS, professora livre docente pela Unesp, pesquisadora grupo Saúde e meio ambiente.

**Clarisse Castilhos, D.Sc.**

Doutora em Economia pela Université de Paris X Nanterre, pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística FEE-RS, pesquisadora grupo Saúde e meio ambiente.

**RESUMO:** Trata o texto de apresentar alguns pontos como uma contribuição para um debate da questão entre o trabalho e a saúde na perspectiva da produção da vida. A produção da vida indaga as divisões e classificações que estão nos argumentos do discurso do desenvolvimento, imposto aos países do sul. Parte-se da perspectiva de uma autonomia da sociedade, à luz de pensadores brasileiros e latino-americanos para rever a produção da vida com os modos de ser dentro do território e absorver as diferentes formas de produção como trabalho. Contudo, identificam-se práticas e experiências com essas perspectivas e que escapam do círculo produção x consumo.

**Palavras-chave:** produção da vida, vida, território, saúde, trabalho.

**ABSTRACT:** The text deals with presenting some points, as a contribution, for a debate on the issue between work and health from the perspective of the production of life. The production of life asks the divisions and classifications that are in the arguments of the discourse of development, imposed on the countries of the south. It starts from the perspective of an autonomy of society, based in the Brazilian and Latinoamerican thinkers to review the production of life with the ways of being within the territory and to absorb the different forms of production as work. But,

some of those practices and experiences can be verified that escape the production x consumption circle.

**Keywords:** life production, life, territory, health, work.

**RESUMEN:** El texto trata de presentar algunos puntos, como contribución, para un debate sobre el tema entre trabajo y salud desde la perspectiva de la producción de vida. La producción de vida pregunta las divisiones y clasificaciones que se encuentran en los argumentos del discurso del desarrollo, impuesto a los países del sur. Se parte de la perspectiva de una autonomía de la sociedad, a la luz de pensadores brasileños y latinoamericanos para revisar la producción de vida con las formas de estar dentro del territorio y absorber las diferentes formas de producción como trabajo. Pueden se verificar prácticas y experiencias que escapan, dentro destas perspectivas de autonomía e que escapan del círculo producción x consumo.

**Palabras-Clave:** producción de la vida, vida, territorio, salud, trabajo.

## 1. INTRODUÇÃO

“A terra tá doente!”  
“Há uma crise respiratória!”  
“A vida não é útil?”

O momento atual da pandemia da COVID-19<sup>1</sup> pode ser oportunidade para reflexão sobre a saúde, bem como sobre o processo de destruição de empregos. A queda de empregos e destruição da proteção trabalhista não é resultante dessa pandemia da COVID-19, mas é utilizada como justificativa de uma crise econômica que se acirra com ela. E, que merece ser analisado com outras óticas, pela produção da vida. O presente texto, de abordagem exploratória, visa analisar a partir da ótica da produção da vida, resultante de reflexão sobre dados secundários e à luz de pensadores brasileiros e latinoamericanos. Sem pretensão de esgotar o assunto, não está em questão o emprego e a renda nem a pandemia em si. A hipótese é de que pela discussão da produção da vida pode-se caminhar num processo social, até então contaminado por uma aculturação do pensamento social e, que merece ser lido à luz dos pensadores e dos conhecimentos tradicionais. Para tanto, três itens são

---

1. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros graves, já tendo resultado em mais de 2,5 milhões de mortes em todo o mundo a partir de janeiro de 2020.

apresentados nesse esboço: a produção da vida e saúde, a produção da vida × discurso do desenvolvimento e, por último, o trabalho e a produção da sociedade.

As lideranças de povos tradicionais, como as de Xakriabá e Krenak, expressam essa questão como um desabafo, dos que são mais atingidos, e que são também falas daqueles que têm autoridade e legitimidade porque são os que cuidam da vida respeitando o fluxo da natureza e, que beneficia a sociedade e, também o planeta. São vozes, cujas palavras expressam uma cultura, uma luta pela produção comunitária, um modo de ser dentro de seus espaços que denominam como território, como analisa Chamorro (2008). Essas expressam a luta de séculos de preservação da vida. E que está no cuidar dos seres vivos, do território e da produção cultural das comunidades. Enfrentar a pandemia da COVID-19 é, para esses povos mais uma dentre tantas lutas. Essa crise respiratória é também um perigo anunciado, de uma atmosfera que se tornou infectante. O ar, que se respira, essencial para a vida, é produzido pelas matas, florestas e rios, se tornou também o meio de propagação de um agente infeccioso, e cada pessoa se tornou um veículo potencial transmissor. Esses componentes da biosfera são cuidados essencialmente por populações tradicionais que vivem seus cotidianos dentro de cosmologias da produção da vida dentro de seus territórios de existência.

A crise respiratória traz uma experiência da produção da vida no território, uma vez que o cotidiano se tornou a busca por proteção passou a ser por meio dos equipamentos industriais, como máscaras e luvas, passando a ser parte do vestuário ordinário, junto com os hábitos de higiene com água e sabão e atitudes de distanciamento social e seguindo medidas de confinamento. São, assim, as formas de sobrevivência no território que estão em questão. A perspectiva de território é tomada tal como é elaborada por essas populações que nele vivem e cuidam. É nesse lugar que está a sobrevivência da vida, pela produção de modos de ser, que é o espaço cultural, social e de estruturação das identidades desses grupos nas comunidades. E, essa produção da vida é também uma forma de proteção e preservação da própria espécie.

A produção da vida é vista sob a perspectiva de autonomia social e coletiva dos povos, compreendida por uma sociedade capaz de produzir e sobreviver e, de retomar suas instituições numa luta incessante contra a alienação, como defendida por Castoriadis (1975, 1978, 1981, 2011). Essa perspectiva compreende a produção pela sociedade de seus modos de ser, com igualdade política traduzida pela igualdade de participação efetiva em seu processo social e, resultante de um processo contínuo de construção e reconstrução. É preciso ressaltar que essa autonomia é individual, coletiva e social, mas um indivíduo não pode ser autônomo se a sociedade não o é. A autonomia da sociedade enquanto nação é analisada dentro de seus modos de ser, rompendo com os modelos econômicos ocidentais impostos sob argumentos da

modernidade. E, contra um processo de dominação, como analisado há décadas por Furtado (1959,1975, 1983, 2004), Fernandes (1964/2008; 1971/2015; 1973/1981), Galeano (1970/2014), Quijano (1984/2014), Acosta (2016), dentre outros.

## **2. A PRODUÇÃO SOCIAL DA VIDA E DA SAÚDE**

O que dizer da produção da vida?

As análises sobre as formas de proteção da vida foram restritas a de cuidados com a saúde e, notadamente em espaços urbanos, a espaços de trabalho, bem como os espaços de deslocamento. A crise respiratória é sanitária e ambiental dentro de um contexto socioeconômico e político, que é também está a relação do homem com a natureza.

A produção da vida tornou-se complexa dentro de uma taxionomia de conceitos e cada um deles tornou-se objeto de estudo e também de exploração. Isso inicia-se com a divisão realizada da relação entre humanos e os demais seres vivos da Terra, e do equilíbrio entre uns e outros. E, por decorrência, com a separação entre o que se considera enquanto ser humano e humanidade, os demais seres vivos e a natureza, uma visão antropocêntrica. E, cada um dos elementos desse espaço passou a ser objeto de planejamento, uso e exploração. E, isso pode ser visto pelas formas como se desenvolveram estudos sobre o solo, o ar, a água, a atmosfera, com seus diversos sistemas e seus usos e exploração.

Por outro lado, o próprio organismo do ser humano foi dividido em partes, subdividido em pedaços. O primeiro grande rompimento foi a separação entre corpo e alma passando a divisão entre corpo físico e mente. Quando se refere em corpo, está subentendido o corpo apenas físico, e, cada parte explorada por áreas e disciplinas distintas da ciência.

Por que pensar a vida no território?

A vida se produz dentro de um processo no tempo e dentro de um espaço e, por isso, segue o fluxo natural que se realiza dentro do território. É onde se constitui como o lugar de produção social dos modos de vida coletiva, de formas de subsistência comum. O território se constitui como o espaço de construção cotidiana do processo de produção do alimento, pela utilização do solo e da água. E, se constitui como lugar de elaboração de usos e costumes, compreendidos dentro de um conjunto de valores e tradições. Nesse processo de produção que se elabora o conjunto de conhecimentos do viver cotidianos. Assim, no território, a produção da vida se revela como um

conjunto integrado de práticas de existência dos modos de ser pelos usos de seus conhecimentos tradicionais. Nesses modos de ser, a vivência coletiva se configura como a produção da identidade coletiva. As práticas cotidianas podem ser identificadas pelas formas de cuidados individuais e coletivas, dos elementos da terra na produção do alimento e dos atos de alimentar-se bem como as de transmissão e formação de novas gerações. São práticas de grupos sociais e comunidades, agrupamentos familiares, dentro de interrelações, na construção cotidiana de suas formas de subsistência.

Pode-se recuperar conhecimentos de povos tradicionais, de quem há muito a apreender e recuperar na produção da vida. As pirâmides mexicanas e peruanas, construídas sobre pedras, formando desenhos com seus significados, algumas datadas do século cinco antes de Cristo, até as mais recentes, por exemplo, e que se mantêm até os dias atuais. Além de serem locais de reuniões e de ritos, foram construídas também com sistemas de canalização e aproveitamento da água, de observação dos sistemas solar e lunar, pelos quais possibilitaram desenvolver os calendários. Estão, ainda em levantamento os conteúdos dos conhecimentos utilizados, tanto pela cosmologia de formas de compreensão do universo e, ao mesmo tempo, de domínio da vida do território. Algumas pirâmides peruanas são também integradas à produção de alimentos, serviam de proteção do solo como da vegetação e, ainda, de local de guarda de sementes.

As práticas cotidianas estão também no cuidado e uso de plantas para alimentação e cura de males, seguindo a compreensão das manifestações do universo, o respeito ao fluxo da natureza, que se expressam no lugar, pelos elementos da biosfera. No fazer cotidiano estão também os tipos e as formas de produção de utensílios, as de busca e produção de alimentos, como parte das formas e expressões culturais. Não há separação entre o viver, o cuidado cotidiano da terra, com o plantar, semear, cozinhar e se alimentar, como não há entre cuidado do solo, das plantas e matas, dos rios e dos animais, bem como da família e da comunidade. São atividades desenvolvidas com um significado, a da sobrevivência no território, como debatido por uma liderança guarani, como modo de ser, e que segundo Patuá (2018) é preciso ter um Tekoá um lugar para ser, é preciso ter a água, é preciso viver o fluxo da natureza para poder viver sua cultura e, enfim, para ser guarani. O modo de ser é o de viver, tecido sobre os ciclos de vida, que é também o da biosfera e dos organismos vivos que vivem entrelaçados entre a continuidade e a vivência comunitária. A referência ao Teko Porã como um bem viver, o do viver a natureza que dá sentido à vida, que está em equilíbrio, como um organismo vivo, com respeito e harmonia, sem separação entre alma e a natureza, entre corpo e alma.

Ao defender nos debates públicos sobre a perspectiva guarani do teko porã, Takuá refere-se ao modo de vida presente no corpo, que está sempre em movimento, e em processo de equilíbrio. O teko porã é a potência pela qual a vida pede para fluir com um modo de expressão da alma. A pulsão vital trabalha porque a vida quer persistir. Para continuar sendo parte da natureza como ser vivente. O processo de criação é também de reagir, de resistir às condições ambientais, criando e recriando o tônus vital para poder se movimentar. O mal se apresenta quando o organismo está em desequilíbrio, a doença vem da alma que está em desequilíbrio. Essas e outras cosmovisões de populações tradicionais, estão presentes nas práticas atualmente entre os quéchuas, aymaras, guaranis, bem como de populações negras, que possibilitam compreender a diversidade de visões sobre formas de existência social com os direitos da natureza. E, que é também a da produção e conservação da vida, considerando a existência da natureza e todos os seres viventes, da manutenção e regeneração dos ciclos vitais, sua estrutura e funções.

Os modos de vida desses grupos e sociedades requer, entretanto, rememorar os processos que produziram alienação individual, coletiva e social. A doença pode provir desses processos, que faz do trabalhador um hamster, correndo sem cessar e, quanto mais corre mais a roda gira, sem ter domínio da produção, do ritmo do tempo e do consumo. Isso é também mostrado na cadeia de produção movida pela velocidade da máquina, por Chaplin, em Tempos Modernos. O trabalhador não sabe para o que está correndo, o que e como está se produzindo, feito máquinas de produzir e consumir, é um alienado, um doente. Sua vontade foi privatizada, transformada em necessidades, induzida pela publicidade, consumindo mercadorias descartáveis e de pouca utilidade para sua sobrevivência. A cura desse mal representa quebrar a roda do hamster, destruir o domínio do cronômetro na determinação do ritmo da velocidade, e do ciclo da produção e do consumo. Ter autonomia é, individualmente e inicialmente, ter o domínio de seus desejos, de suas vontades, pelo domínio da psiquê, é saber o que quer, do que precisa para sua sobrevivência, do que pode e não pode fazer, sobretudo com o poder de sua decisão.

Um segundo nível de alienação se processa pela colonização do pensamento com a divisão da sociedade em gêneros, raças, regiões, pobres e ricos, classificação pela qual os indivíduos e grupos são privatizados e dominados. A alienação se expressa também no próprio processo de colonização do imaginário social. No caso dos povos do sul, ela se expressa pela crença no desenvolvimento, de que a sociedade pode ser desenvolvida e rica, dentro dos parâmetros estabelecidos pela teoria econômica capitalista. Nessa busca de crescimento econômico e desenvolvimento, a sociedade endivida-se, por meio das regras e leis que a tornam cada vez mais subordinada sem

conseguir sair da roda do hamster ou do Chaplin. O processo de colonização do pensamento se estabelece, assim, em múltiplos níveis, pelo domínio da economia, do tempo e cultural. Vai da literatura, meios de comunicação de massa, aos currículos escolares, programas de formação de quadros da sociedade até a estrutura estatal que gerencia em nome de um sistema econômico, para o proveito de alguns poucos localmente, mas em prol de grandes monopólios e oligopólios. E, por isso, a busca de autonomia dos povos e das sociedades passa por romper com esse processo de alienação e colonização.

Quebrar a roda do hamster se consegue com lucidez, com a atitude dos indivíduos e grupos, diante das instituições e da coisa pública para participar da gestão dos bens comuns. Essa quebra representa romper com a privatização dos indivíduos e com a passividade diante da dominação por uma oligarquia local que concentra poder econômico por meio de uma burocracia. E, que se verifica pela prática pela igualdade política efetiva, tanto na direção como na participação nas instituições, nas legislações e no atuar diuturnamente para que as pessoas e grupos sejam iguais, rompendo com as divisões criadas. É o trabalho para a sobrevivência, pela gestão da produção pelos produtores com uma organização e um papel que os torna efetivamente parte da sociedade, escapando das divisões, podendo dedicar-se aos bens comuns e dos seres vivos, com igualdade, como explicita Quijano (1984).

Nessa trilha, a perspectiva da autonomia social e coletiva se encontra com a noção de bem viver. Para além de uma noção, são práticas e de modos de viver, e que estão presentes nos povos tradicionais andinos, com raízes pré-colombianas, desde os chimus, moches, olmecas, maias. Essas práticas estão atualmente entre os aymaras, quéchuas, guaranis e mapuches, dentre muitos outros e, que lutam para afirmá-las, como o vem fazendo publicamente, em vários eventos mundiais, com manifestos e Declarações, dos guardiões e dos Filhos da Terra. Pode-se recorrer à *Nueva crónica y buen gobierno* de Guaman Poma Ayala em 1615 e Clorinda Matto, como recuperado e analisado por Quijano (1984/2014), que, há cinco séculos trouxeram para a teoria o que era uma prática, um modo de resistência contra o processo de colonização. A ideia de bem viver se apresenta como um caminho de sobrevivência com equidade em relação a todos os seres vivos, podendo-se sobreviver e bem, sem excessos. Nesse caminho estão valores de reciprocidade com a natureza e respeito a todos os seres vivos, cooperação entre os grupos e povos, convivendo com a diversidade e a pluralidade. Ela se apresenta como uma conquista de uma luta contínua de viver em harmonia, respeitando conhecimentos e sabedorias das diferentes culturas, identidades num movimento cíclico no tempo e no espaço.

Como uma ideia, a perspectiva do bem viver – viver bonito - fortalece valores comunitários e a participação efetiva dos indivíduos e grupos nas decisões e construções da vida em comum, com distribuição de poder, produtos e bens sociais. Integra-se as noções do material com o espiritual, respeitando os ciclos naturais da vida, como um horizonte do modo de ser. Mais do que ideias e conceitos, verifica-se uma prática intrínseca da produção da vida, por uma vida plena e de harmonia entre os seres. E, nesse contexto, não se submeter à colonização, à perspectiva desenvolvimentista, à divisão operada pelos modelos econômicos, de raça e gênero, contra o domínio e a exploração para o ganho de poucos.

Como se referir à vida quando o processo de produção de ambientes escapa do domínio dos grupos e das populações que cuidam dos territórios? A exploração dos territórios pelas grandes corporações, tem resultado na expropriação das populações de seus lugares de vida (ACOSTA, 2016; SVAMPA e ANTONELLI, 2009) com megafazendas (RIVERO *et al.* 2019, WALLACE, 2020). Essa exploração sem controle, tanto pelo desmatamento (RIVERO *et al.* 2019), como pela utilização de compostos químicos resulta em destruição dos elementos da biosfera, ecossistemas, biomas (ARÁOZ, 2014; MILANEZ, MAGNO E PINTO, 2019; MILANEZ, 2019) com ilimitados impactos (SVAMPA, 2019). Esses impactos são sobretudo sobre a vida das populações, como sobre saúde do território e, por decorrência, das pessoas, com doenças, como analisados por Pluth, Zanini, Battisti (2019), Silva *et al.* (2019), Carneiro *et al.*, (2015), dentre outros. Os efeitos da poluição pelos compostos químicos podem ser verificados até mesmo pelas alterações nas células, DNA, como analisado por Umbuzeiro, Heringa e Zeiger (2016), Chatterjee e Walker (2017), Roubicek, Rech e Umbuzeiro (2019), provocando tumores e câncer. As substâncias e compostos jogados ou descartados a céu aberto, como no caso da mineração e do agronegócio, se somam aos resíduos descartados das indústrias. E, ainda, se somam aos das famílias, a maioria sem água tratada e sem saneamento, que consomem diretamente pelo ar ou indiretamente, por meio da água ou alimentos produzidos com essas substâncias.

São modos de vida que produzem danos e doenças. Produzem, por exemplo, tensões e estresses, que estão presentes na vida urbana na sociedade atual, notadamente nas grandes cidades, como analisado por Saldiva (2018), dentre outros. E, que não se justificam, uma vez que não produzem ganhos para a economia da sociedade. Os lugares de vida e trabalho que são para a sobrevivência, produzem danos em vários níveis. Os exemplos de lugar de trabalho como de produção de doenças, além dos citados anteriormente da mineração, estão os da cadeia alimentícia, por exemplo. Contraditoriamente, esse setor produz proteína animal para exportação, isto é, para alimentar outros em outros lugares, e responde pela superexploração e adoecimento



(HECK, 2013, SILVEIRA E MERLO, 2017). Somente em 2018, mais de 700 mil casos de acidentes de trabalho foram notificados, segundo o Sindicato dos trabalhadores da indústria de alimentação. Esse setor se tornou um dos grandes focos da propagação da COVID-19, como visto em agosto de 2020, quando mais de 25% desses trabalhadores estavam infectados com o SARS-COV-2, segundo a Confederação dos trabalhadores da indústria de alimentação e, levando a infecção para as diferentes regiões de seus municípios de residência.

O organismo depende de um processo de produção social e, interdependente de múltiplos fatores. Como um termo criado e, decorrente de um processo de mercantilização dentro de uma perspectiva da economia capitalista, a noção de saúde aparece, assim, fragmentada e descontextualizada do universo da produção da vida. O discurso sobre a saúde produzido sobre argumentos, de direitos sociais, de democracia e de modernização da estrutura social poderia resultar em melhor condição para a produção social. Mas, passa a ser a concretização da subdivisão entre corpo e alma, entre o material e o espiritual, mente e físico em que as especialidades sobre cada uma das partes do organismo tornam-se cada vez mais distintas, explicadas em teorias e formas de tratamento, diagnósticos, medicalização, que se denomina como cuidados com a saúde. E, que não sobrevive às condições existentes de um processo de produção e de políticas públicas de alcance limitado a alguns espaços. A produção da vida não pode ser analisada dissociada da produção do território em suas dimensões, econômica e cultural.

Não se pode deixar de destacar, entretanto, o modelo brasileiro de política pública em saúde, do Sistema Único de Saúde (SUS), debatido desde os anos 1970 e instituído pela Constituição de 1988. Os programas de promoção e proteção da saúde da população, desde a atenção à saúde básica à coletiva com o da Estratégia de Saúde da Família, com atendimento em todas as etapas da vida, desde o nascimento, são instrumentos efetivos de política pública. E, que se destaca na ação dos profissionais nessa pandemia, mesmo com os cortes, desde 2016, sobre o orçamento limitando investimentos e que resultam em desmonte de estruturas implementadas e, por decorrência, na precarização do atendimento, além da restrita atenção por parte das autoridades centrais do governo.

### **3. A PRODUÇÃO DA VIDA × O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO**

A produção da vida nas sociedades dos países do sul merece ser compreendida lembrando a história do trabalho, submetida a modelos econômicos impostos, com divisões e argumentos do desenvolvimento, tal como se desenvolve ao longo dos últimos cinco

séculos. Sem se aprofundar nessa história, pinça-se nove pontos sobre alguns momentos. Inicia-se com a criação da noção de pobreza como uma forma de classificação com a distinção entre pobres e ricos como analisado por Escobar (1995). Torna-se meio de classificação entre países ricos e pobres, argumentada por meio de indicadores criados, como renda per capita, o Produto Interno Bruto (PIB), bem como outros.

Em segundo lugar, criam-se atributos, como conhecimentos, ciência e tecnologia, dentro de padrões de modernidade e pré-estabelecidos. A riqueza dos países do sul com seus recursos naturais com os saberes ancestrais e tradicionais são objetos de desprezo. Os conhecimentos dos grupos e das sociedades latino-americanas são considerados como crenças, não modernos e obstáculos ao desenvolvimento. E, que estão na base dos argumentos, mas, ao mesmo tempo, possibilitaram a apropriação e espoliação dos conhecimentos desses povos tradicionais para transformá-los em objetos de laboratório e mercantilização, como o caso de medicamentos e essências bem como para produção de produtos alimentícios. Pode também ser verificado pela tentativa de domínio de alguns bens culturais, como é o caso de denominação de folclore, como manifestação cultural popular, de forma reducionista. Essa usurpação de conhecimentos é verificada também na Idade Média europeia, quando houve perseguição e morte de mulheres curandeiras consideradas feiticeiras, expropriando-as de seus conhecimentos, como analisado por Federici (2017), dentre outros.

Em terceiro lugar, estruturam-se modelos por meio dos quais estabelecem-se passos para escalar o “tal desenvolvimento”, passando de uma etapa para outra, mesmo se sejam questionáveis as formas de medição. Nessa escala etapista incitam-se os países a um desenvolvimento, ou serem ricos. Na verdade, esse desenvolvimento se caracterizaria pelo seu projeto social subjacente, como analisou Furtado (1983). A controvérsia desse discurso de desenvolvimento pode ser constatada pela imposição dos modelos e pelo direcionamento privilegiado para indústrias de outros lugares. Não se pode omitir a destruição de empresas locais, como a das fábricas de tecidos em diferentes regiões do país, desde o século 16, pelo domínio de empresas inglesas e norte-americanas (Furtado, 1959), parte analisada por Novais (2005), notadamente no século 18. No século 20, por exemplo, o fechamento de fábricas de motores e automóveis, como, por exemplo, da Gurgel em Rio Claro e Joagar e Arador em Jaboticabal, dentre outras, destruindo conhecimentos e trabalho.

Em quarto lugar, a perspectiva de modernidade elimina a importância dos lugares. E que são importantes centros espaciais, que se constituem como territórios de construção dos modos de fazer e produzir, de produção de culturas. E que são deslegitimados, dentro desse processo de redução da importância do território. Essa

perspectiva ocidental eurocêntrica, antropocêntrica e linear, desconsidera a natureza enquanto um valor, tanto pelos recursos naturais como pelos elementos da biosfera com todos os seres vivos. Desse modo, aquilo que não é considerado, em constante processo de transformação, é justamente objeto de expropriação. Esse processo de destruição dos recursos naturais é que está no centro da atual crise civilizatória. A eliminação da natureza do pensamento econômico e a criação de um sistema produtivo capitalista dentro de um ciclo de produção e trabalho assalariado, tem o Estado e o mercado como reguladores (LANDER, 2000). Essa forma de organizar a natureza para torná-la algo externo ao homem é considerado também como Capitaloceno, como analisa Chesnais (2020), que pode ser simbolicamente datado de 1492, com emissões de CO<sub>2</sub> intensificando-se a partir do século 19.

Em quinto lugar, criam-se estruturas e sistemas de financiamento impostos para esses países galgarem o desenvolvimento. A própria estrutura de comunicação e transportes, desde o período do império, foi objeto desse financiamento. A instalação de ferrovias, muitas sem razão de ser, de modelos e bitolas diferentes e, que passa, posteriormente, à imposição do sistema rodoviário, para beneficiamento das grandes indústrias inglesas e norte-americanas, foi realizada sobre empréstimos de bancos internacionais. Esse “desenvolvimento” associado a progresso (FURTADO, 1959; FERNANDES, 1973/1981), seguindo o argumento de “programas de modernização”, com regras de financiamento, produziram dívidas infundáveis e, por decorrência, de uma subjugação e dependência.

Em sexto lugar, criam-se classificações hierárquicas baseadas em divisões de cor e raça, e que fundamentam os argumentos que estão na base do preconceito contra grupos de populações tradicionais, nativas, indígenas e negros de origem africana. Nessa hierarquia está também a divisão de gênero, tornando as mulheres e os transgêneros, objetos de preconceito, de subjugação e exploração, como analisada por Fernandes (1964/2008; 1971/2015; 1973/1981), Carneiro (2011), Federici (2017), Ribeiro (2018), Almeida (2019), dentre os muitos escritos. Sobre essa classificação constroem-se, ainda, os instrumentos de violência social e, que se estende até os dias atuais, com aplicação desigual da legislação e proteção. Em sétimo lugar, criam-se estruturas de poderes locais, leis e normas baseadas nessas classificações. O incentivo à imigração europeia no século 19, para além do processo de ocupação e do trabalho, se insere também na perspectiva de desenvolvimento de uma cultura diversa da nativa, fomentar essas divisões e criar uma classe média e que vai influenciar na formação de novas gerações (LIA, RADÜNZ, 2016). A implantação do ensino superior aparece para a formação de quadros, uma classe para essa estrutura de poder, que se justifica por meio dessa hierarquia e se mantém com privilégios, diversos do restante da população. É o poder exercido por grupos locais, em nome de outros.

Com isso, a autoridade é estabelecida nessa hierarquia, tendo o Estado como o gestor, e que se utiliza como seu instrumento principal de poder, a violência. Essa estrutura de poder e violência, ocorre desde o período da colonização, pela militarização da estrutura até para genocídio, como analisado por Galeano (1971/2010), como o holocausto boliviano no século 16, com extermínio de milhões de indígenas, obrigados ao trabalho forçado nas minas de Potosi (ARÁOZ, 2014) e, os diversos massacres peruanos e chilenos, para espoliação dos recursos naturais. O massacre de três mil mineiros, em 1907, em Santa Maria de Iquique é bem conhecido e também objeto de documentário com o mesmo nome.

Em oitavo lugar, verifica-se no modelo topológico do planeta, considerado como verdadeiro, essa divisão entre norte e sul, tendo por centro os países do norte. Em nono lugar, verifica-se um processo de colonização do pensamento, identificado desde os currículos escolares, os conteúdos dos livros escolares, o ensino de diferentes disciplinas e a formação de profissionais. Isso passa, também, pelo domínio dos sistemas de comunicação e circulação da informação. Uma antena, por exemplo, é responsável por transmitir notícias que são retransmitidas para toda rede da cadeia de comunicação, seja do rádio, como da televisão e dos jornais, impressos e, os atuais não impressos. Também se destaca certo domínio sobre os setores da ciência e tecnologia, com destruição de algumas bases tecnológicas e disseminação de informações que são consideradas e disseminadas como verdades.

A história latino-americana está, assim, carregada de trabalho forçado, de expropriação dos lugares e destruição de modos de viver dos povos. E, que serviram para a espoliação das riquezas naturais, como a prata, o ouro, os minérios como do petróleo, lítio, nióbio, dentre outros, nesses seis séculos, como analisado por Galeano (1971/2010) e, que continuam, agora sob comando de grandes empresas internacionais como analisados por Aráoz (2014), Svampa e Antonelli (2009), Svampa (2019). No caso brasileiro, a expropriação das populações locais e destruição dos lugares de vida, como visto também recentemente, nos casos de Mariana, Brumadinho, além de Araxá, Paracatu e outros, como citado anteriormente, no caso da mineração.

Assim, por esse modelo de subjugamento e aculturação possibilitou-se e possibilita, ainda, a expropriação das riquezas, seja dos conhecimentos como dos recursos naturais. Esse processo de construção do modelo eurocentrista de explicação do desenvolvimento possui cinco distorções, como analisado por Lander (2000). Em primeiro lugar, passa-se a ser considerado normal a existência de pobreza. Em segundo lugar, constrói-se a concentração de riqueza, dividindo-se a sociedade entre os ricos e os pobres. Em terceiro lugar, passa a ser normal que o trabalho seja objeto

de exploração pelo outro. E, cria-se a noção de alienação submetida a esse processo de dominação. E como parte do ciclo de exploração e dominação da economia capitalista, estão as leis e normas que regem o trabalho dentro de um pensamento econômico e estruturas. Nesse processo de expropriação dos grupos considerados pobres, o cidadão é considerado apenas como mão de obra com regulação do mercado de trabalho, em que alguns podem contar com emprego assalariado e, pagamento estabelecido por uma referência do salário mínimo, sem que esse valor represente sobrevivência a uma condição digna de vida. E que é determinante na exploração do trabalho. Em quarto lugar, o território é minimizado como espaço de vida. Em quinto lugar, a natureza deixa de ser considerada, para possibilitar que outros tomem os recursos naturais dos territórios, expropriando os povos de seus espaços de vida e de produção cultural.

Entretanto, deve-se ressaltar que as sociedades dos países do sul são diferentes entre si, com temporalidades históricas e culturais, ou híbridas como analisa Canclini (1989) referindo-se especificamente às latinoamericanas. Nesses territórios identificam-se experiências do bem viver, convivendo com a riqueza dos bens naturais como bens comuns, dentro de formas de cooperação social, de uso e usufruto comuns, como analisam Svampa e Antonelli (2009), Acosta (2016). E, que resistem dentro de redes de cooperação, com saberes tradicionais e buscam escapar da dominação do pensamento, do processo de consumo e da mercantilização do tempo e da natureza, como da individualização e exploração do trabalho. A luta contra a privatização da água é um exemplo marcante.

Esses povos apostam na perspectiva de existência social baseada na relação de cooperação, com princípios da igualdade dos grupos, tanto étnica, como intergeracional, e, portanto, econômica. A perspectiva do bem viver é a própria experiência de produção da vida com recusa da violência da dominação, que se estende até os dias atuais, resistindo ao pensamento linear predominante de desenvolvimento. Essa resistência está também na inclusão da natureza e seus direitos dentro da Constituição, como ocorreu no Equador, como objeto e resultado de debate naquele país (ACOSTA, 2016, GUDYNAS, 2016), como também na Bolívia e Venezuela. Ressalta-se na experiência venezuelana o sistema de orquestras criado há décadas por José Antonio de Abreu e, que se mantém até os dias atuais, impulsionando os jovens a fazer o bom uso do tempo com algo de valor impregnado de emoção, tem formado gerações de músicos excepcionais.

#### 4. O TRABALHO E A PRODUÇÃO NA SOCIEDADE

A produção na sociedade merece ser recuperada sobre o que está subjacente e submerso na esfera do que é considerado como trabalho, o que nem sempre lembrado ou expressamente invisibilizado, como o que não conta com proteção de legislação, enfim, onde o Estado está ausente. Vale lembrar o sistema circular sobre o qual o trabalho está estruturado, pela necessidade do capital para o processo de acumulação e, ao mesmo tempo, para que essa população seja a consumidora das mercadorias que se produz. E, que já aparece subjugada a regras estabelecidas, por outros, sobre modos de organização, bem como o que produzir e as formas de produção. Alienada, assim, na forma e no conteúdo, dentro desse círculo de produção e consumo, essa população é tratada como máquinas, como um hamster na roda, como trabalho assalariado e submetido a leis estabelecidas, que vem se alterando continuamente.

Contudo, para além da destruição da legislação de proteção do trabalho assalariado, é necessário verificar as distorções existentes. Primeiro, há dentro da sociedade uma produção muito maior do que as organizações empresariais produzem. Ou muito mais do que empresas fabricam, de mercadorias visando o lucro. E, nem sempre a sociedade necessita de mercadorias produzidas pela grande indústria. Ela transforma mercadorias em necessidades, criadas, por meio da propaganda e publicidade, para instigar ao consumo. Segundo, há uma população que está fora do que se considera como trabalhadora. No caso brasileiro, considera-se 79 milhões da população fora da força de trabalho ao contabilizar a população economicamente ativa de 95,5 milhões (IBGE, PNAD CONTÍNUA, 2020) e, que chega a cerca de 27,5% a população trabalhadora subutilizada, dentro dos parâmetros do IBGE, ainda, há cerca de 41,3% da população ocupada no trabalho informal.

Há muitos da população que não trabalham? Não, ao contrário. Esses estão fora das estatísticas. Isso significa que há uma grande parte da população que não está sob o regime de trabalho considerado assalariado. Contudo, é preciso considerar o trabalho que é produzido fora desse âmbito. Da produção que é processada dentro do território brasileiro, por exemplo, pode-se citar dez casos, sem a preocupação se há alguma remuneração envolvida.

Inicialmente, há a considerar a produção de alimentos pela agricultura familiar, em pequenos grupos bem como em redes de cooperativas e organizações familiares, com uma grande diversidade, como analisa Aquino, Gazolla e Schneider (2018), como também pescadores individuais, ribeirinhos, quilombolas, como se verifica no estudo de Alves e Tiriba (2018), e os assentamentos organizados, como é o caso do

Movimento sem Terra. São trabalhos que não consta como tal, embora seus produtos estejam em boa parte da mesa do brasileiro, notadamente produtos hortícolas e frutíferas. E, que se mostram fundamentais, nessa pandemia, com distribuição gratuita e trocas, para a sobrevivência de milhões de famílias. Atualmente, essa produção, conta com menor extensão de terras, perdendo para as grandes empresas do agronegócio.

Em segundo lugar, está a maior parte do trabalho realizado, que é compreendido como trabalho de reprodução, notadamente a cargo das mulheres, como mostram os muitos escritos, como de Melo e Castilho (2009), de Bruschini (2006), de Silva, Loreto e Bifuno (2017), de Federici (2017), dentre os muitos existentes. A própria noção de reprodução é criada para omitir enquanto tal, não contabilizável na economia e, na maior parte, não remunerado. Esse é o trabalho, por exemplo, de parir, de cuidar e educar as crianças, de efetuar as compras para a alimentação, de lavar roupa, enfim de cuidar da família.

Em terceiro, há o trabalho realizado em áreas de zona rural e na mineração, pelas mulheres, sejam ou não esposas e filhas, que cuidam das criações da plantação e dos animais domésticos para alimento como também do preparo e fazer chegar esse alimento aos lugares de trabalho, por vezes distante da casa. É considerado também apenas como função de reprodução da força de trabalho, como mostra Santos *et al.* (2020) e, não remunerado nem contabilizado. No trabalho em zona rural há a considerar a quantidade de pessoas envolvidas na coleta e guarda de sementes, seja para manutenção das matas e florestas, seja para troca ou cooperação com outros locais, alguns desses analisados por Alves e Tiriba (2018). E, há também o trabalho de coleta de sementes, plantas e materiais das áreas de florestas para pesquisadores e, que se destinam também para a indústria alimentícia, como o caso da produção de chocolate, cosméticos, essências e medicamentos, indústria de sementes e outros produtos alimentícios. Nesses casos, a omissão expressa desse trabalho está presente, uma vez que nem sempre são remunerados, embora haja uma quantidade de tempo e esforço coletivo dedicados. Alguns já denunciados em organismos internacionais, por roubos e utilização de trabalho infantil, como da indústria de medicamentos e do chocolate, este último objeto também de documentários.

Em quarto, está o trabalho de cuidados das pessoas doentes, sejam familiares ou não, e que são realizados notadamente pelas mulheres, como analisado por Ferreira (2019) e, que se intensificou no contexto da pandemia da COVID-19, como é estudado por Sousa *et al.* (2020). A maior parte desse trabalho é realizado mundialmente, sem ser considerado como tal. No relatório “Tempo de cuidar” publicado pela Oxfam em janeiro de 2020 consta que são cerca de 12,5 bilhões de horas diárias no trabalho de cuidado no mundo, não remunerado e, que agrega US\$ 10,8 trilhões à economia, em

que cada pessoa dedica no mínimo 14 horas diárias. Identifica-se, também, que 42% das mulheres em idade ativa estão fora do mercado de trabalho e, que estão nesse trabalho de cuidados.

Num quinto, pode-se citar o trabalho de cuidado com a terra, o cuidado das florestas, das matas, dos rios, que é realizado pelas comunidades de povos ribeirinhos, pelas comunidades quilombolas, como mostrado por Luz *et al.* (2020) como pelas comunidades de todos as centenas de povos de nações indígenas. No sexto, indica-se a grande quantidade de pessoas dentro do grupo da população brasileira que presta pequenos serviços, tanto para empresas como para as residências, eventuais. Nesse grupo estão pequenos consertos como encanadores e eletricitistas, consertadores de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos, instaladores de softwares, ilustradores, tradutores, editores de textos, fisioterapeutas, massagistas, professores de aulas diversas, catadores de material reciclável, dentre outros. Num sétimo, há uma quantidade de trabalho por aqueles que realizam serviços de favores. Nesse grupo estão os que fazem compras e feiras para vizinhos e familiares, atividades de ginástica, trabalhos voluntários de aulas e orientação virtuais dentre outros.

No oitavo, pode-se incluir a quantidade de trabalho dentro da produção cultural, nem sempre considerado. Nesse quadro está toda a produção de material artesanal, nem sempre mercantilizado e, que vão desde escrita, montagem peças de teatro e apresentação, elaboração de documentários e filmes, montagem e apresentação em pequenos circuitos, criação e elaboração de materiais e artefatos diversos, montagem de exposições em comunidades e espaços públicos, que são, em sua maior parte, trocados ou mesmo produzidos para a família e para a comunidade. Estão também incluídas as atividades artísticas que são realizadas em praças, espaços públicos e igrejas, como tocadores de música e cantadores, trovadores, malabaristas, palhaços, grafiteiros, dentre muitos outros que criam e desenvolvem atividades, como é visto por Barroso e Fernandes (2018). Incluem-se aqui também os que compõem os grupos que realizam festas de expressões populares como festas do divino, festas de congadas, festas do boi bumbá, dentre outros. As festividades nos carnavais nas diferentes regiões do país são realizadas com recursos levantados na comunidade, e nem sempre se remunera os criadores das ideias, dos arranjos e das músicas, como também os que preparam os grupos para a apresentação. Somente nas grandes cidades as prefeituras há distribuição de verbas aos grupos que se apresentam regularmente, blocos e escolas de samba, notadamente quando há interesse turístico. Mesmo esses recursos remuneram apenas parte dos custos e, o restante é custeado pelos próprios participantes. Alguns pontos deste trabalho, considerado como imaterial, foram analisados recentemente por Negri e Lazzarato (2014).



Num nono caso, não se pode deixar de mencionar o trabalho com muito esforço e tempo dedicados, como é o caso do trabalho doméstico e faxina em residências, fora do lar, embora haja legislação sobre trabalho doméstico. Não falta literatura sobre o tema além dos acima mencionados. Os serviços de faxina e os considerados intermitentes, não constam como tal, muitas vezes não remunerados. Há um conjunto infundável de famílias que utiliza-se do trabalho de mulheres que residem na casa e que, por isso, é considerado como uma troca, de casa e comida. De mesma forma, há famílias que trazem crianças do interior do país, tirando-as de seus lugares e família e, que as tratam “como se fosse da família” e, também não são remuneradas. Consta, também, no relatório da Oxfam, acima citado, que apenas 10% das trabalhadoras domésticas no mundo são protegidas pela legislação. Aqui foi expressamente separado do trabalho nos serviços de cuidados e o de reprodução acima indicados.

Como décimo, pode-se mencionar a quantidade de trabalho escravo, ainda presente, em muitas regiões do país, e também a nível mundial, e que é omitido nos números, como também é invisibilizado pela sociedade. Isso ocorre tanto na área rural quanto na área urbana, envolvendo crianças, jovens, homens e mulheres. Suzuki *et al.* (2020) mostra as atividades em oficinas de costura, até de boutiques e roupas de grandes grifes. Há denúncias, notadamente envolvendo mulheres latino-americanas, a maioria sem documentos, trazidas de seus lugares de origem por meios escusos e promessas de altos ganhos, colocadas a dormir nas próprias oficinas, sem mínimas condições de higiene e sobrevivendo com uma marmita coletiva trazida uma vez ao dia para o grupo. A indústria de confecção já é conhecida por acordos de pagamento por peça costurada, cujos ganhos, por vezes, não chegam a R\$ 0,50 a peça. Há, ainda, muitas refugiadas e refugiados que, sem perspectivas, aceitam quaisquer ofertas e, são levadas a trabalhos insalubres e sem ganhos, como visto em Viana (2020), dentre outros, a maioria não possui nem mesmo documentação (BERTOLDO, 2018), como já denunciado pelo Comitê Nacional para Refugiados. No contexto de trabalho escravo há, ainda, muitas denúncias de trabalho infantil em condições análogas à escravidão, que exige maior aprofundamento, que deve ser objeto de texto específico.

Nesse sentido, há uma produção da sociedade que se traduz por muito mais trabalho do que é considerado e, que contribui de maneira para a riqueza cultural e econômica, bem como para seu bom funcionamento. Mesmo que o trabalho assalariado e remunerado considerado predominante, este não representa todo o que é realizado nem toda a riqueza que a sociedade possui e produz.

Entretanto, no caso brasileiro, vale destacar o trabalho em práticas de produção de grupos sob formas igualitárias na concepção e na produção, com modos de organização social na produção, manutenção da vida e o bem estar das pessoas. Isso

estão nas práticas das comunidades andinas atuais, como também as inúmeras experiências, algumas delas analisadas por Sambuichi *et al.* (2017), como no território latino-americano por Altieri (2005) e Svampa e Antonelli (2009) e, ainda, as experiências das ecovilas. Também se destacam o renascer, nessa pandemia, de diversas formas de solidariedade, por diversos grupos para a sobrevivência em seus territórios, em movimentos sociais ou como organizações não governamentais, além das citadas acima, da produção de alimentos, os que distribuem marmitas e produtos de primeira necessidade, como os dos grupos de favelas, como a da Central de Unificada de Favelas (CUFA), dentre outros, sobretudo nos territórios onde há a ausência completa do Estado. E há as experiências divulgadas mundialmente por Mies e Shiva (1997), todas as práticas de vivência de grupos e povos dentro das perspectivas analisadas por Quijano (1984/2014).

Enfim, acima de tudo está a vida, que merece a atenção, como isso é discutido por Krenak (2019, 2020) e Kopenawa (2015) diante dos perigos da manutenção dos atuais níveis de vida.

## 5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de uma produção da vida implica a desconstrução de um pensamento dominante, como instigam os pensadores latino-americanos, pela “descolonização” do pensamento, como um processo permanente de desconstrução do imaginário, cimentado e produzido dentro de teorias e ideologias colonizadoras. Essa prática é um desafio de questionar o discurso do desenvolvimento, como reflexo do crescimento, bem como os argumentos estabelecidos. Esse desafio se refere notadamente ao trabalho não somente para considerar como tal, como para se inserir como parte da produção da vida. E, que é uma experiência cíclica, que se efetiva por meio da reciprocidade com demais seres vivos e a biosfera.

O desafio se insere como caminho para uma construção da autonomia coletiva e social , não somente quebrar a roda do hamster, contra a alienação, romper o círculo do processo de produção e consumo, como seguir as experiências existentes de participar de negócios comuns para o bem comum. Esse seria um caminhar em direção à uma sociedade livre com pensamentos e práticas igualitárias, econômica, étnicas e de gênero.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. **Extratativismo e neoextrativismo**. In: DILGER, G.; LANGER, M. PEREIRA FILHO, J. (orgs.) *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C. I. **Una perspectiva agroecológica para una agricultura ambientalmente sana y socialmente más justa en la América Latina del siglo XXI**. Berkeley: Universidad de Califórnia/Instituto Nacional de Ecología, 2005.

ALVES, A.E.S; TIRIBA, L. **Trabalho-educação, economia e cultura em comunidades tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital**. *Trabalho necessário*, v.16, n.31, 2018.

AQUINO, J.R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Dualismo no campo e as desigualdades internas na agricultura familiar brasileira**. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 56, n. 1, 2018.

ARÁOZ, H.M. **Potosi, el origen. Genealogia de la minería contemporánea**. Buenos Aires: Tiempo/Mardulce, 2014/2020.

BARROSO, F.M.; FERNANDES, C. S. **Os limites da rua: uma discussão sobre regulação, tensão e dissidência das atividades culturais nos espaços públicos do Rio de Janeiro**. *Políticas culturais em revista*, v. 11, n. 1, 2018.

BERTOLDO, F. **Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafio de políticas públicas e direito**. *Revista katalysis*, v. 21, n. 2, 2018.

BRASIL, IBGE. **Pnad contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

BRUSCHINI, C. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?** *Revista Brasileira de Estudos da População*, v 23, n.2, 2006

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas**. Mexico: Grijalbo, 1989.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, FF; AUGUSTO, LGS; RIGOTTO, RM; FRIEDERICH, K; BURIGO, AC. (orgs). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASTORIADIS, C. **L'institution imaginaire de la société**. Paris: Seuil, 1975.

\_\_\_\_\_. **Les carrefours du labyrinthe**. Paris: Seuil, 1978.

\_\_\_\_\_. **La société à la derive**. Paris: Seuil, 2011.

CASTORIADIS, C; Cohn-Bendit, D. **De l'écologie à l'autonomie**. Paris: Seuil, 1981.

CHAMORRO, G. **Terra madura Yvy Araguayje**. Dourados: Editora UFGD, 2008.

CHATTERJEE, N.; WALKER, G. **Mechanisms of DNA damage, repair and mutagenesis**. Environmental and molecular mutagenesis, v. 58, n. 5, 2017.

CHESNAIS, F. **A originalidade da crise econômica e sanitária da Covid-19**. A terra é redonda. 20/11/2020. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/a-originalidade-da-crise-economica-e-sanitaria-da-covid-19/>

ESCOBAR, A. **Mundos y conocimientos de outro modo**. Tabula rasa, n. 1, Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, 2003.

\_\_\_\_\_. **Encountering development. The making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University, 1995.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 1964/2008.

\_\_\_\_\_. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Brasiliense/Difel, 1971/2015).

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Zahar, 1973/1981.

FERREIRA, J.S. **Feminismo, trabalho e cuidados: por todas nós, pela minha mãe**. Caderno espaço feminino. V. 32, n. 2, 2019.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1959.

\_\_\_\_\_. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os desafios da nova geração**. Economia política. v.24, n. 4, 2004.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 1971/2010.

GUDYNAS, E. **Transições ao pós-extrativismo**. In: DILGER, G.; LANGER, M. PEREIRA FILHO, J. (orgs.) *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.

HECK, F.M. **Uma geografia da degradação do trabalho: adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos**. *Revista percurso*, v. 5, 2013.

KOPENAWA, D. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LANDER, E. (ed). **Ciências sociais: saberes coloniales y eurocêntricos. La colonialidad del saber**. Perspectivas latinoamericanas. Caracas: Faces-UCV/Unesco-Iesalc, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. In Lander. E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LIA, C.F. RADÚNZ, R. **Os processos migratórios nos séculos 19 e 20**. *Diálogos entre o saber acadêmico e a educação básica. Educar em revista*, v. 61, 2016.

LUZ, V.M.; SILVA, L.M. AMERICO, M.C.; DIAS, L.M.F. **Roça é vida**. São Paulo: IPHAN, 2020.

MELO, H.P.; CASTILHO, M. **Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?** *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n. 1, 2009.

MILANEZ, B; MAGNO, B. L; PINTO, R.G. **Da política fraca à política privada: o caso do papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 5, 2019.

MILANEZ, B. **Mineração e impactos socioambientais. As dores de um país mega-investidor**. In: WEISS, J. (org). *Movimentos socioambientais*. Formosa: Xapuri, 2019.

NEGRI, A.; LAZZARATO, M. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

NOVAIS, F. A. **A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa no fim do século XVIII**. *Revista de História*, n. 67, 1966.

OXFAM (2020). **Tempo de cuidar**. Disponível em [Oxfam.org.br](https://oxfam.org.br).

PLUTH, T.B; ZANINI, L.A.G; BATTISTI I.D.E. **Pesticide exposure câncer: an integrative literature review**. *Saúde em Debate*, v. 43, n. 122, 2019.

- QUIJANO, A. **Bien vivir entre el “desarrollo”y la des/colonialidad del poder.** In: Quijano (ed.). *Des/colonialidad y bien vivir.* Lima: Universidad Ricardo Palma/Editorial universitária/Cátedra America Latina y la colonialidad del poder, 1984/2014.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIVERO, S; ALMEIDA, O; ÁVILA, S; OLIVEIRA, W. **Pecuária e desmatamento. Uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia.** Nova Economia, v. 19, 2019.
- ROUBICEK, D.A.; RECH, C.M.; UMBUZEIRO, GA. **Mutagenicity as a parameter in surface water monitoring programs-opportunity for water quality improvement.** Environmental and molecular mutagenesis, v. 61, 2019.
- SALDIVA, P. **Vida urbana e saúde. Os desafios dos habitantes das metrópoles.** São Paulo: Contexto, 2018.
- SAMBUICHI, R.H.R.; MOURA, I.F.; MATTOS, L.M.; AVILA, M.L.; SPINOLA, P.A.C.; SILVA, A.P.M. (orgs.) **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: Ipea, 2017.
- SANTOS, J.B; BOHN, L.; ALMEIDA, H.J.F. **O papel da mulher na agricultura familiar de Concordia. O tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas.** Textos de Economia, v. 23, n. 1, 2020.
- SHIVA, V.; MIES, M. **Ecofeminismo.** São Paulo: Piaget, 1997.
- SILVA, D.F.; LORETO, M.D.S.; BIFUNO, A.C.S. **Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível.** Cadernos de Direito, v. 17, n. 32, 2017.
- SILVA, L.Q; MACHADO, L.G; FERREIRA NETO, C; FORTUNATO, E. P.D; BARBOSA, S.O. **Agrotóxicos: a importância do manejo adequado para a manutenção da saúde.** Nature and conservation, v. 12, n. 1, 2019.
- SILVEIRA, A.L.; MERLO, A. **Super exploração e processo de adoecimento pelo trabalho na indústria frigorífica de Chapecó.** Revista grifos, n. 43, 2017.
- SOUSA, J.I.S. et al. **Sobrecarga de trabalho em familiares de idosos em cuidados paliativos.** Research, society and development, v. 9, n. 4, 2020.
- SUZUKI, N. (org.). **Trabalho escravo e gênero: quem são os trabalhadores escravizados no Brasil.** São Paulo: Repórter Brasil, 2020.

SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. (orgs.). **Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistências sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

\_\_\_\_\_. **Las fronteras del neoextrativismo en America Latina**. Mexico: Callas, 2019.

TAKUÁ, C. **Teko Porã, o sistema milenar educativo de equilíbrio**. Rebento, n. 9, 2018.

UMBUZEIRO, G.A.; HERINGA, M.; ZEIGER, E. **In vitro genotoxicity testing: significance and use in environmental monitoring**. Adv. biochem. eng. Biotechnol, 2016.

VIANA, A. R. (org.). **A midiatização do refugio no Brasil 2010-2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2020.

**Recebido: 14/12/2020**

**Revisado: 14/01/2021**

**Aprovado: 26/01/2021**